



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**  
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **0003494-04.2012.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto (art. 155)**  
 Documento de Origem: **IP - 014/2012 - 3º Distrito Policial de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **Ivan Pedro Sena Carneiro**  
 Vítima: **Ary Salvo**

Aos 26 de fevereiro de 2015, às 15:30h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Ausente o réu Ivan Pedro Sena Carneiro. Presente o seu defensor, o Drº **Joemar Rodrigo Freitas - Defensor Público**. Ausente o PM Osvaldo Basílio. **Pelo Ministério Público foi dito que** desistia da inquirição do policial militar Osvaldo Basílio Moreira Faria, que não compareceu novamente na presente audiência, sendo que recebemos informações que o referido policial estaria participando de um auto de prisão em flagrante sendo lavrado no 2º DP local. **Pela defesa também foi dito** que desistia do depoimento do referido policial. **Pelo MM. Juiz foi dito:** "Homologo a desistência do policial militar Osvaldo Basílio Moreira Faria. Decreto a **revelia** do réu". Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra a DRA. PROMOTORA:** "MM. Juiz: IVAN PEDRO SENA CARNEIRO, qualificado as fls.21, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 180, *caput*, do Código Penal, porque no dia 06.12.2011, horário indeterminado, na Rua Ceará, defronte ao numeral 186, Jardim Gonzaga, em São Carlos, recebeu/adquiriu, em proveito próprio, coisa que sabia ser produto de crime, qual seja, 40 (quarenta) colchas, 10 (dez) cobertores, 01 (um) aspirador de pó, 01 (um) forno micro-ondas, 01 (um) liquidificador, 01 (um) televisor, 40 (quarenta) lençóis, grande quantidade de louças e diversos quadros, avaliados em R\$500,00 (quinhentos reais), pertencentes a vítima Ary Salvo. Consta que o réu foi surpreendido por policiais, em poder dos referidos objetos, decorrentes de furto ocorrido em 06.12.2011. A ação é improcedente, por insuficiência de provas. Com efeito, os fatos ocorreram em 06.12.11, sendo que em decorrência do tempo, há mais de três anos, o PM Welington, ouvido a fls.131, não se recordou dos fatos narrados na denuncia. Também ocorreu a desistência do policial Basílio, que não compareceu na presente audiência, sendo que o mesmo provavelmente, também não se lembraria dos fatos. Ademais, Basílio, quando ouvido na polícia (fls.65), disse que fez abordagem do Vectra, sendo que o condutor do veículo acabou fugindo. Os outros ocupantes também fugiram, conseguindo apreender os objetos produtos de crime, não se sabendo da autoria. Portanto, chegou-se ao denunciado porque o mesmo seria o dono do veículo abandonado, sendo que o réu não estava em poder direto dos bens, havendo dúvidas assim quanto a autoria. O réu Ivan é revel e na polícia (fls.18/19) disse que seria o proprietário do veículo, mas que no dia dos fatos não estava nessa cidade e que teria deixado o Vectra com uma terceira pessoa, negando assim qualquer envolvimento com



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

o crime. Assim, por insuficiência de provas, requeiro a absolvição do réu. Ressalto que, referido veículo já foi liberado em favor do réu (fls.27/28). **Dada palavra à DEFESA:** MM. Juiz: em comum com o Ministério Público, pela absolvição do réu por insuficiência de provas, observada a regra do artigo 155 do CPP. **Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:** VISTOS. IVAN PEDRO SENA CARNEIRO, qualificado as fls.21, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 180, *caput*, do Código Penal, porque no dia 06.12.2011, horário indeterminado, na Rua Ceará, defronte ao numeral 186, Jardim Gonzaga, em São Carlos, recebeu/adquiriu, em proveito próprio, coisa que sabia ser produto de crime, qual seja, 40 (quarenta) colchas, 10 (dez) cobertores, 01 (um) aspirador de pó, 01 (um) forno micro-ondas, 01 (um) liquidificador, 01 (um) televisor, 40 (quarenta) lençóis, grande quantidade de louças e diversos quadros, avaliados em R\$500,00 (quinhentos reais), pertencentes a vítima Ary Salvo. Consta que o réu foi surpreendido por policiais, em poder dos referidos objetos, decorrentes de furto ocorrido em 06.12.2011. Recebida a denúncia (fls.103vº), houve citação e defesa preliminar, sem absolvição sumária (fls.120). Em instrução foi ouvida uma testemunha de acusação (fls.131). Hoje, houve a desistência da inquirição do policial militar Osvaldo Basílio, sendo decretada a revelia do réu. Nas alegações finais as partes pediram a absolvição. **É o Relatório. Decido.** Como bem observado pelo Ministério Público *“a ação é improcedente, por insuficiência de provas. Com efeito, os fatos ocorreram em 06.12.11, sendo que em decorrência do tempo, há mais de três anos, o PM Wellington, ouvido a fls.131, não se recordou dos fatos narrados na denuncia. Também ocorreu a desistência do policial Basílio, que não compareceu na presente audiência, sendo que o mesmo provavelmente, também não se lembraria dos fatos. Ademais, Basílio, quando ouvido na polícia (fls.65), disse que fez abordagem do Vectra, sendo que o condutor do veículo acabou fugindo. Os outros ocupantes também fugiram, conseguindo apreender os objetos produtos de crime, não se sabendo da autoria. Portanto, chegou-se ao denunciado porque o mesmo seria o dono do veículo abandonado, sendo que o réu não estava em poder direto dos bens, havendo dúvidas assim quanto a autoria. O réu Ivan é revel e na polícia (fls.18/19) disse que seria o proprietário do veículo, mas que no dia dos fatos não estava nessa cidade e que teria deixado o Vectra com uma terceira pessoa, negando assim qualquer envolvimento com o crime”*. De fato, a única testemunha (fls.131) não se lembrou do caso e não esclareceu os fatos da denúncia, sendo insuficientes as provas para a condenação. Ante o exposto, julgo **IMPROCEDENTE** a ação e **absolvo** Ivan Pedro Sena Carneiro com fundamento no artigo 386, VII, do Código de Processo Penal. Transitada em julgado, ao arquivo. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, CARLOS ANDRE GARBUGLIO, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:

Defensor Público: